

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2014:** *Aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Vereador Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador **Dr. Pedro Marques** que disse: Bom dia a todos. Antes de falar das questões relacionadas às várias atividades, e por economia de meios, foi-vos enviado agora por email as contas de 2013 da GEDAZ. É o cumprimento legar dar conhecimento, não é mais do que isso, do relatório de contas de 2013. Eu fiz questão também de fazer um breve resumo, que também vos enviei, do período de contas relacionado com o período enquanto liquidatário, que é o período que vai de 06 de setembro até 31 de dezembro e também de 01 de janeiro de 2014 até 30 de abril. O processo da liquidação começou a 06 de setembro e até 31 de dezembro a empresa foi internalizada, todos os serviços desde essa data, todos os contratos e todas as relações jurídicas foram sendo transferidas para o município. A partir de 01 de janeiro com a tomada de posse, por assim dizer, das funções de liquidatário, ela passou a ser gerida na fase de liquidação por mim e por isso eu tive o cuidado de vos enviar um relatório desses meses para que se eventualmente surgirem algumas dúvidas, elas depois possam se esclarecidas, porque provavelmente será o último ato de conhecimento, por assim dizer, da atividade da GEDAZ, porque em breves dias teremos o processo fechado e a devida escritura de liquidação e extinção também formalizada. Relativamente ao período de antes da ordem do dia eu queria destacar três eventos. Um deles, foi a conferência sobre uma área importante, uma área bastante pertinente no que diz respeito às matérias relacionadas com os riscos psicossociais na relação laboral.*

Conferência esta cheia de participantes e onde debatemos os vários assuntos que afetam o tema genérico do stress laboral e das relações interpessoais da atividade profissional, com oradores da Autoridade para as Condições do Trabalho, portanto, técnicos especializados na área e psicólogos. Com esta conferência salientamos de alguma o Dia Nacional das Condições de Segurança no Trabalho. Foi perentório nas conclusões de que este é um tema cada vez mais atual, mais importante de se ter em conjugação com outros fatores a ter em conta para as boas condições laborais. Depois destacar, penso que mais um sucesso organizativo em colaboração com a Federação Portuguesa de Futebol, um fim-de-semana cheio, um fim-de-semana inédito, um fim-de-semana histórico para o desporto de Oliveira de Azeméis e que a todos nós certamente orgulhou. O país esteve atento ao que se estava a passar em Oliveira de Azeméis, tivemos mais uma vez e eu refiro isto porque efetivamente nos últimos anos isso não aconteceu, uma final da Taça de Portugal completamente lotada no Pavilhão Dr. Salvador Machado. Oliveira de Azeméis, ao contrário, nomeadamente, de Coimbra e de Guimarães, que são duas grandes cidades, conseguiu de facto ter um pavilhão a abarrotar onde tivemos uma final emocionante, com uma transmissão televisiva de quase duas horas. Independentemente do resultado, acho que nós todos, enquanto Oliveirenses e responsáveis públicos, podemos entender que estes eventos, ainda por cima nas condições em que ele se verificou, devem de facto continuar marcar o panorama das nossas atividades. Em todo o país Oliveira de Azeméis vai-se distinguindo em muitas áreas, mas na área do desporto e na área da realização dos grandes eventos desportivos e assim queremos continuar. Temos de facto também de reconhecer que Oliveira de Azeméis enquanto concelho tem de facto esse potencial, mas também temos grau de competência para atingir esse patamar. Os nossos colaboradores, os colaboradores do município, em todas as suas áreas de atuação estiveram ao nível, tanto é que foi de imediato reconhecido por parte de todos, mas mesmo todos, os agentes desportivos, não só a Federação Portuguesa de Futebol enquanto organizadora do evento, mas desde as equipas, desde as forças de segurança. Eu ontem tive a oportunidade de estar numa reunião muito alongada com o Senhor Comandante Distrital de Aveiro e ele disse-me que gostava muito que em muitas atuações que a GNR tem de fazer em recintos desportivos corresse tão bem como correu este evento do Futsal. Portanto, acho que nós todos devemos olhar para estas matérias com alguma atenção e alguma pertinência e juntarmo-nos um bocadinho todos neste propósito que é de alguma forma potencializarmos as nossas valências. Depois dizer-vos que tivemos um dia muito bonito, um dia que eu acho que também é algo que deve marcar sempre o nosso calendário, que é a festa do desporto do 1.º ciclo com cerca de 1500 crianças de todas as escolas, de todas as freguesias, que durante um dia inteiro brincaram de forma informal ao desporto. Tivemos um dia inteiro com atividades, umas ligadas a atividades mais lúdicas, outras atividades mais ligadas ao desporto, saber jogar em equipa, saber jogar em fair-play, saber jogar limpo, saber o esforço do que é o espírito de sacrifício no desporto. Numa colaboração muito grande com as escolas de Oliveira de Azeméis e a União Desportiva Oliveirense, conseguimos marcar o dia na mente daquelas crianças que muitas vezes testemunharam que é um dia que os marcam. Estamos

a pensar alargar esta festa ao 2.º ciclo e marcar o calendário letivo com esta organização. É um dia que vale a pena passar lá, ver a alegria das crianças e agradeço aos professores, aos bombeiros, parceiros associativos e a todos que conosco colaboraram. Destacava também que no próximo sábado teremos mais um meeting de natação, com sete concelhos presentes em Oliveira de Azeméis. É algo que temos vindo a trabalhar e a acompanhar no sentido de haver um intercâmbio, principalmente entre os nossos concelhos vizinhos, nós fazemos questão de estar presente nos meetings dos outros concelhos, das nossas redondezas e eles também fazem questão de vir ao nosso. É sempre um momento importante, um momento de festa, um momento em que percebemos as capacidades e os reflexos letivos e pedagógicos que nós vamos estabelecendo na piscina municipal. Nesse aspeto dou-vos uma informação, os nossos meninos quando fazem parte desses meetings muitas vezes, mas são mesmo muitas vezes, trazem pódios completos o que quer dizer que de facto estamos no bom caminho. Eu convido-vos a passar no sábado à tarde na piscina municipal para de alguma forma perceberem o que eu estou a transmitir, mas é de facto algo que me apraz comunicar, porque efetivamente vai-se trabalhando, vai-se fazendo um bocadinho daquilo que é a obrigação do município, que é potencializar o desporto informal, mas também trabalhar as matérias na área da pré-competição e competição. É só, Senhor Presidente. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim que fez a seguinte intervenção: Bom dia a todos. Só umas breves notas. Uma delas, obviamente que o evento Taça de Portugal de Futsal é um evento importante, um evento que movimenta massas, só uma nota no sentido de que não devia ser necessário nós pedirmos informação sobre aquele que foi o esforço financeiro da autarquia e que essa prática comece a ser uma prática normal neste mandato, de apresentação das contas, do esforço financeiro que a autarquia fez, pouco ou muito, o que fez, não sendo necessário obviamente um elemento do executivo ter que o solicitar, ou seja, na prática esta começar a ser uma prática comum de apresentação de contas. Uma nota também sobre o muro na rua em frente à minha casa, Rua Augusto Brandão, o muro está cada vez mais barrigudo, vai mesmo cair, vai cair para cima da minha propriedade, vai magoar alguém, porque é um muro gigantesco com pedras enormes. Está assim há meses, já aqui tinha dito há um mês atrás que as barreiras tinham sido arrumadas, obviamente que já foram respostas mais do que uma vez e voltaram a ser arrumadas porque aquilo causa imenso transtorno às pessoas e, portanto, as pessoas acabam por retirar as barreiras e passar pela estrada embora não o devessem fazer. Congratular-me também pela decisão da tutela em avançar com as obras da Escola Soares de Basto e enaltecer aqui o papel dos diferentes grupos parlamentares e muito recentemente os Deputados do Partido Socialista por Aveiro visitaram a Soares de Basto, mas obviamente que o trabalho maior é da autarquia, da direção da escola, da associação de pais. Esperamos que este anúncio do arranque das obras se consubstancie muito rapidamente para ser entendido obviamente como uma medida responsável, uma medida que visa acabar aquelas obras para que não percamos o investimento feito até agora. Senhor Presidente, esta é uma questão que tem a ver com uma afirmação que proferiu na última Assembleia Municipal quando questionado

sobre a cedência do antigo Centro de Saúde, informou os deputados municipais presentes que essa cedência não se tinha verificado por razões de ordem burocrática. Eu gostaria que me explicasse que razões de ordem burocrática são essas que impedem a cedência do espaço e queria também, Senhor Presidente, que garantisse ao Executivo de que a autarquia nada deve ao Ministério da Saúde deste espaço, aliás como confirmou na própria Assembleia Municipal. Uma outra nota, Senhor Presidente, tem a ver com um conjunto de situações que não me parece que sejam por um lado muito dignas e por outro lado inevitáveis. Tem a ver com aquilo que está a acontecer com a Indáqua, o que está a acontecer, por exemplo, na Paróquia de Cucujães. Penso que até a própria autarquia já foi também de certa forma afetada por este tipo de ações da Indáqua. Eu não sei se a Indáqua tem alguma responsabilidade nisto, se foi devidamente acautelada, se não foi, enfim, não conheço sinceramente os contornos, o que é um facto é que estão a ser feitos cortes abruptos e esses cortes deviam e podiam, na minha opinião, ser evitados. Uma outra nota, tem a ver com a requalificação de uma rua, julgo, que Rua Rodolfo Albuquerque, que é a rua que liga o Cruzeiro à antiga ENI, ali na zona do Almirante da Portela, acho que é assim que se chama, aquela rua está em muito mau estado, é uma rua que escapou das requalificações que foram feitas na área central da cidade. É uma rua que ainda tem alguma utilização, há ali um conjunto de moradores que a utilizam; é uma rua que facilita claramente o acesso entre a zona do Cruzeiro e a Estrada Nacional. Eu julgo que o Executivo também poderia, a divisão de trânsito, equacionar a possibilidade de ela ter apenas um sentido, é uma via demasiado, não se cruzam dois veículos, é uma via demasiado estreita para ter dois sentidos. Por último, Senhor Presidente, saber se existe algum desenvolvimento em relação àquela possibilidade que foi acolhida aqui por todos nós para visitarmos a Casa Sequeira Monterroso, agendarmos uma visita e tomarmos conhecimento daquela estrutura que é extremamente importante. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que disse: Muito bom dia. Começava por referir aqui algumas atividades e eventos que vão ocorrer no nosso município e acho que merecem a nossa participação e o nosso envolvimento. Em primeiro lugar, destacar já amanhã a realização do evento “Políticos de Palmo e Meio”. Penso que todos os Vereadores receberam esse convite, sei que nem todos poderão estar presentes, porque decorre da parte da manhã, mas de qualquer maneira é um evento que já tem uma certa tradição e o envolvimento dos alunos 4.º ano e discute-se problemas locais, desta vez tem a ver com a industrialização, com a parte do investimento empresarial e também da sensibilidade que temos relativamente a esta matéria. Portanto, amanhã decorre este evento e eu convidava todos os Vereadores a estarem presentes e de alguma forma acompanhar. Também no próximo sábado, durante todo o dia, decorre na Escola Secundária Ferreira de Castro o Encontro Metropolitano de Associações de Pais, onde se discutirão muitas questões relativamente à educação e ao ensino, com um conjunto de painéis de personalidades ligadas à educação e que seguramente darão contributos àquilo que é o futuro da educação na Área Metropolitana, mas interessamo-nos também particularmente naquilo que são os contributos na área da educação em Oliveira de Azeméis. É um encontro que

de alguma forma tem uma participação das associações de pais e também por isso o seu contributo é significativo e importante nesta matéria. Depois para a próxima semana, temos o Mercado à Moda Antiga, que decorre nos dias 17 e 18, e eu gostava também de aqui deixar esse convite e também uma nota relativamente à organização e ao desenvolvimento do Mercado à Moda Antiga. Como todos sabem esta iniciativa passou para a responsabilidade da Câmara Municipal com a colaboração da FAMOA e temos o registo este ano de uma maior participação a nível de associativismo de sempre e também uma participação ao nível das artes e dos ofícios muito significativa, porque tem de facto havido uma grande procura, muitos pedidos de participação e começa a ser de repensar, talvez na própria edição, de se ter que estender, ainda não sei muito bem como, mas de facto temos para além do número de participantes ao nível das associações, há uma procura de artes e ofícios e o espaço começa a ficar cada vez mais escasso para tanta participação. Em termos de artes e ofícios teremos: cestaria, tanoaria, trabalhos em granito e xisto, trabalhos em pele, bordadeiras, tecelagem, olarias, tamanqueiros, fiadeira e tecedeira, entre outras artes e ofícios. Relativamente à animação, ela privilegiará sobretudo a animação nas ruas e não propriamente a exibição em palco, porque quer-se que esta animação seja envolvente com todos os participantes e todos aqueles que nos visitam durante este evento. Portanto, fica aqui este convite e também o apelo para a mobilização no sentido de haver uma grande participação, porque esta é sobretudo a festa das associações do nosso município e merecem todo o nosso apoio e todo o nosso carinho. Finalmente, também queria associar-me ao que disse o Vereador Eng.º Joaquim Jorge relativamente à informação que nos transmitiu, que nós tivemos obviamente conhecimento formal, relativamente ao reinício das obras da Parque Escolar em catorze escolas e dessas catorze na Escola Básica e Secundária Soares de Basto. Portanto, imediatamente nós agendamos uma reunião com a Parque Escolar que deverá ocorrer no final da próxima semana, para nós também de alguma forma termos esse envolvimento e também podermos contribuir para que este processo acabe depressa e bem. As obras que estavam iniciadas já demonstram alguma degradação por não terem continuidade e de facto acho que Oliveira de Azeméis não merece e sobretudo que aquela envolvente seja dignificada, para além de termos vontade de requalificar um dos pavilhões para lá instalarmos o centro escolar desta zona da cidade. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: Bom dia a todos uma vez mais. São basicamente três assuntos que eu gostaria de trazer aqui a esta reunião. Um deles, tem a ver com a congratulação, penso que é partilhada por todos, pelos feitos a nível dos resultados de boccia de dois jovens Oliveirenses, o Aníbal Valente e o Bruno Ribeiro. O Abílio Valente sagrou-se campeão nacional de B2 individual e equipas neste fim-de-semana passado e o Bruno Ribeiro é campeão nacional de pares B3. Portanto, são dois jovens Oliveirenses que têm feito um percurso muito interessante, há outros, mas estes particularmente porque têm com alguma regularidade obtido resultados e foram aliás selecionados, julgo que os dois, pelo menos o Bruno foi, para participar nos Jogos Paralímpicos, irão representar o país também e isto é uma forma de demonstrar que nós naturalmente temos aqui potencial e estamos a desenvolvê-lo. O município naturalmente, e bem,

aceitou o desafio de fazer um papel de ligação, de colaboração e de parceria para que esta realidade fosse possível e, portanto, é de salientar este aspeto. Um outro aspeto, tem a ver com a apresentação pública do Projeto Educativo Concelhio, de facto foi um ato importante para todos, porque acabou por dar a conhecer um projeto que está a ser partilhado com todos os agrupamentos, com todos os parceiros também e de facto é um ponto positivo que podemos e devemos registar. Gostaria só de saber, enfim, na altura não percebi, percebi mais tarde que não está no documento expresso aquilo que foi aprovado nesta reunião de Câmara, na reunião de 20 de fevereiro, que é a inclusão dos centros educativos de Lações, de Cucujães e do centro da cidade. Penso que terá sido lapso, mas de qualquer forma é evidente que julgo que estes centros são estratégicos e naturalmente logo que se possa fazer o trabalho necessário para que eles possam ser uma realidade, particularmente o de Lações que tem projeto aprovado. E, portanto, se houver esta possibilidade, julgo que não podemos, nem devemos, esperar para depois de 2017. Nesse sentido julgo que o documento tem essa lacuna, no impresso penso que seria importante que fosse corrigida a nível online, é fácil, não direi que se faça nova impressão porque não faz sentido, mas penso que na página em que está referenciada a construção do Centro Escolar de Ul constar naturalmente os outros, porque de facto foi aqui aprovado e faz sentido e foi um lapso que será a seu tempo corrigido. Terceiro aspeto, tem a ver com um assunto que é um bocado delicado que temos aí, eu particularmente tenho feito uma ou outra intervenção e também gostaria que esta questão não fosse, à semelhança da questão dos transportes, entendida como forma de agora estar aqui a levantar uma polémica embora o caso não seja fácil, porque nós temos tido aqui alguns desenvolvimentos que nos merecem ou devem merecer alguma consideração. Tem a ver com o acompanhamento da divisão ou do sector de arqueologia de alguns aspetos que estão a ser trabalhados ou desenvolvidos no nosso município. Falamos aqui de alguns no mandato anterior, a questão do Crasto de Ossela, numa das reuniões eu tive uma intervenção e solicitei algumas explicações, trouxe algumas interrogações e gostaria de saber se é possível, ou não, nós termos aqui algum resultado, por exemplo o relatório técnico que foi feito relativamente ao Crasto de Ossela. Aquilo na altura colocou uma grande polémica, depois a questão da cobertura continuou a gerar alguma discordância, não estou a dizer que estejam corretos quem está a discordar disto, estou só a dizer que nós teríamos todo o interesse em mostrar às pessoas que há ali potencial, que foi feita uma avaliação daquilo que estava lá, ou se não foi feito, o que é que está a ser feito para que as pessoas percebam, porque continua a haver muitas pessoas a interrogar-se por que razão é que nós na altura, o município, entendeu que aquelas obras não deviam avançar, porque é que se entendeu que se devia preservar aquele local e, portanto, se for possível, saber se existe um relatório técnico, conhecer esse relatório técnico, dar a conhecê-lo às populações seria excelente porque aí ficar-se-ia com uma ideia do potencial que se tem ali, embora pouco trabalhado ainda mas um potencial que será de preservar no nosso município. Outro aspeto tem a ver como Crasto Calvo, em Cesar, uma vez que também ficaram algumas interrogações, saber se há alguma informação sobre o desenvolvimento que temos naquele local uma vez que foram

plantadas as árvores, as árvores não podem estar lá, de facto a Lei é muito clara. Saber o que é que o município fez neste prazo de três semanas no sentido de haver a reposição da situação, haver eventualmente alguma recolha de materiais que estão expostos, portanto, saber se há algum desenvolvimento a este nível. Ainda um outro aspeto a ver com a arqueologia, estão-se a fazer obras no Parque de La-Salette, obras importantes, obras de requalificação daquele espaço. Sabemos também que existe lá um crasto, parece que temos crastos em tudo o quanto é sítio onde nós mexemos, onde há atividade humana. A verdade é que é importante também saber se há pareceres técnicos relativamente à intervenção que foi feita e que procedimentos foram efetuados no sentido de preservar eventualmente alguns documentos que possam ser encontrados, que possam ser no fundo preservados na sequência das obras que foram efetuadas: há remoção de materiais, há recolha de materiais, saber se de facto existe aqui matéria que possa ser importante para estudar uma vez que a arqueologia visa exatamente isso, o estudo de materiais que são recolhidos em zonas que têm interesse histórico. Uma outra questão relativa ao Crasto de Ul, o Crasto de Ul tem de facto uma importância superior aos outros em termos de estudo, uma vez que há alguns estudos efetuados nesta área da arqueologia neste sítio, saber se de facto vão avançar as tais escavações que na altura se falou relativamente a este espaço, como é que vão ser efetuadas, que ações estão preparadas para nos próximos tempos se fazer ali uma intervenção uma vez que faz parte e está dentro do Parque Temático Molinológico, que é uma área importantíssima para nós. Portanto, se aquele local for de facto alvo de uma intervenção de arqueologia será importante até para atrair potenciais turistas culturais, que são uma parte do turismo importante que hoje se faz. Já agora entroncado com esta questão, embora seja lateral, a questão da Casa Museu continua. Naturalmente é uma grande preocupação dos órgãos da direção, saber se seria ou não seria possível, já sei que há a questão do receio de mexer nos materiais que estão na parte do telhado, mas a verdade é que há dias ainda houve lá entrada de água, não se sabe se foi água que entrou devido à pluviosidade, pensa-se que sim, mas a verdade é que continua a haver um problema por resolver naquele espaço. Aquilo que nós pretendíamos, e na altura foi explicado ao Dr. Ricardo, era que fosse feita uma pequena colaboração no sentido de se remover os materiais que estão na zona do telhado e de se fazer depois uma identificação dos espaços que estão a deixar entrar água no edifício e que provoca grandes danos. Se for possível de fazer, eu não diria os técnicos porque sempre que vão lá encontram naturalmente uma casa que tem necessidades grandes de obras, mas fazer ali uma reavaliação daquilo que é necessário fazer com a direção seria muito importante. Não sei quem poderá fazê-lo Senhor Presidente, mas a verdade é que é necessário olhar-se para aquele espaço antes que venha outro inverno, se vier outro inverno vai haver mais problemas e tem lá um espólio significativo que merece ser preservado e assim não é fácil fazê-lo. Este espaço, já agora aproveito para terminar a minha intervenção, vai ter um espaço permanente, vai ter uma sala permanente para exposição de materiais recolhidos no Crasto de Ul, vai ter uma sala permanente dedicada só ao Crasto de Ul e que vai ser dinamizada de maneira a que os visitantes possam fazer uma visita e possam reconhecer materiais que foram

devidamente identificados e catalogados. Aliás a Dra. Sara Almeida fez uma tese na altura do mestrado sobre esta matéria. O município ao que sei apoiou pelo que era importante esse documento se calhar estar a acompanhar esta exposição, porque nos ensina muito sobre aquele local. Era tudo, muito obrigado. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que fez a seguinte intervenção: Bom dia. Ia começar a minha intervenção pela parte da arqueologia, que é uma área que é importante, fala-nos do nosso património do passado, quem não sabe o património do passado não sabe explicar também o presente. Como sabem, há uma lei, a Lei do Património (Lei n.º 107/2001) e essa lei impõe-nos ou empurra o município para a tutela nesta área arqueológica que é a Direção Regional da Cultura. Nós, município, apesar de unicamente os nossos pareceres na área da arqueologia serem pareceres consultivos e não conotativos, temos a obrigação e temos sempre esta preocupação de acompanhar estas situações quando elas são do nosso conhecimento e antes, até para prevenir estas desagradáveis ocorrências que muitas vezes acontecem. Portanto, relativamente a Ossela, nós temos realmente o relatório técnico. Ainda fiz há pouco tempo uma reunião com elementos da Comissão de Festas da Nossa Senhora do Crasto e, portanto, esses sabem e têm a informação toda. Até antes disso tínhamos também já reunido com o Presidente da Junta no passado mandato. Penso que poderemos disponibilizar o relatório. Quanto à ocorrência mais recente em Cesar, no Monte Calvo, o serviço de arqueologia teve conhecimento de uma forma informal já no final do ano passado e no final do ano passado foi feita uma visita ao local onde não se constatou nenhuma plantação de eucaliptos, constatou-se unicamente o corte de arbustos e árvores, mas não tendo havido nessa altura nenhuma plantação. O serviço de arqueologia entrou de imediato em contato com o serviço de ambiente da nossa autarquia no sentido de saber se havia algum pedido para plantação. Nessa altura houve a comunicação de que os pedidos de plantação de árvores não são da competência da autarquia, mas sim do Instituto de Conservação da Natureza e Floresta que pode e deve, no meu entender, pedir também pareceres à autarquia. Ficamos então por aí, até que no início de abril foi rececionado pela autarquia um auto de notícia da GNR e depois, posteriormente, um email dos nossos três arqueólogos, da Sara, do Fernando e da Mariana que comunicaram diretamente com o serviço de arqueologia. De imediato nós fizemos uma visita ao local, onde nessa altura foi recolhida também algumas amostras de materiais: um conjunto de material relacionado com a atividade florestal, que serão mais relacionados com os vasos de recolha de resina; mas um outro material de características diferentes, cerâmicas grossas de difícil datação que nos parecem mais antigos, por exemplo, da época medieval ou até mesmo do 1.º milénio A.C, realmente precisamos de ter outros métodos de datação, mas todos nos leva a crer que são vestígios antigos. Nesta altura foi feita uma informação, uma descrição técnica da ocorrência e enviada à Direção Regional da Cultura, anexando também fotografias e também cartografia aérea no sentido de visualizarem a área de intervenção. Até hoje ainda não recebemos resposta. Foi feita uma nova visita, já no final de abril, com uma informação mais completa que também foi enviada para a Direção Regional da Cultura, agora até com a área de intervenção determinada, porque se a área fosse

inferior a meio hectare não era preciso licenciamento, mas verificou-se que ela tem uma área superior a essa medida. Penso que depois, também em conjunto com o Presidente de Junta, foi sensibilizado o proprietário para a necessidade do licenciamento, que penso que foi pedido, e estamos então em termos de arqueologia a aguardar aquilo que a tutela terá para nos dizer. Relativamente ao Crasto de Ul, há um plano de intervenção, há efetivamente diligências já para se proceder a uma fase de terreno, como sabem mediante aquele protocolo celebrado com a Universidade Nova de Lisboa. Já tivemos a visita do Prof. que vai acompanhar os estagiários a fazer essa intervenção, estão a ser tomadas todas as diligências para que antes de agosto possamos ter algum trabalho nesse local. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto: Senhor Presidente, se me permite era um esclarecimento porque não fiquei com a ideia certa, se calhar, sobre o licenciamento. Estamos a falar do licenciamento da plantação, é isso? Mas o município concorda? A Vereadora Dra. Gracinda Leal respondeu: É o licenciamento da plantação e o município não foi sequer ouvido e em termos arqueológicos não podemos concordar. Até pedagogicamente vamos agora numa outra diligência tentar saber quem são os proprietários das árvores à volta para os sensibilizar. Relativamente à tese da Arqueóloga Sara, só informar que nós iremos apoiar e está integrada no pacote de outras teses que nós submetemos a uma candidatura, ainda não tivemos informação se essa candidatura foi ou não aprovada, estamos a aguardar. A Vereadora Dra. Gracinda Leal continuou a sua intervenção: Depois desta área do património, gostava também de me associar aos feitos dos nossos atletas na modalidade de boccia. Acho que é sempre muito importante e também reconhece um bocadinho o esforço da autarquia em criar as condições para que estes atletas possam cada vez ir mais longe. Queria também referir que nós tivemos o encerramento do Ciclo da Primavera com casa cheia. Este Ciclo da Primavera é já uma marca a nível cultural, são realmente três espetáculos de grande vulto para um município, mas o Caracas para além destes três espetáculos anuais teve no ano de 2013 53 espetáculos, portanto, só para dar nota de que a dinâmica do Caracas não se resume ao Ciclo da Primavera. Também dizer-vos que no domingo passado tivemos a IV Edição do Entre'Artes que é já um encontro de artistas em várias artes e eu queria aqui salientar que na IV Edição tivemos mais de cinquenta artistas em termos individuais e cerca de seis em termos coletivos e pela primeira vez áreas como a área do teatro, a área do vídeo, a área das pinturas faciais e a área da caricatura. É um evento que também está a crescer e é um acontecimento que permite também um convívio muito saudável e um despertar também de gosto para os vários domínios da arte. Nesta circunstância queria também fazer aqui um reconhecimento ao Grupo de Cidacos que pela primeira vez fez uma iniciativa interessante no dia 30 de abril, que foi a confeção das coroas com Maias a quem quisesse participar ali no Largo da República. Acho que as Maias também é uma tradição que devemos preservar, há muitas lendas que fundamentam este ritual, mas o dar as boas-vindas à Primavera, enriquecermos, decorar as nossas casas e também para quem acreditar que é um bom presságio não passarmos fome durante o ano, portanto, são muitas as justificações para continuarmos com esta simpática tradição que é florimos as nossas casas. Depois também

queria falar de que o mês de abril, foi um mês muito cheio em termos de atividades culturais na biblioteca e não só, é o mês do livro, é a festa do livro neste equipamento cultural. Queria também falar aqui no mês de abril enquanto mês de combate aos maus tratos na infância, uma campanha que é levada a nível nacional pela Comissão Nacional das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e à qual a nossa CPCJ tem aderido desde algum tempo a esta parte a esta campanha. Nunca é demais realçar aqui o papel da nossa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens pelo trabalho que, muitas vezes silencioso, faz na promoção, na proteção dos direitos das nossas crianças. E aqui fazer uma referência a duas iniciativas levados a cabo, dia 11 de abril a tertúlia onde estiveram presentes representantes da Associação de Apoio às Vitimas de Violência Doméstica; 30 de abril, gala que encerrou essa campanha, realizada em S. Roque com a entrega de prémios a algumas escolas que concorreram ao concurso da história “O Laço Azul”, também com momentos musicais interessantes. Penso que são através destes espaços que nós sensibilizamos mais para esta temática da proteção e da promoção dos direitos das crianças. É importante cada um de nós fazer o que pode e sensibilizar quem convive connosco, porque as nossas crianças merecem e a comunidade que não promove e não protege as suas crianças está condenada ao fracasso e nós não queremos isso, queremos uma sociedade mais equilibrada e ver as nossas crianças felizes, sorridentes e cidadãos e cidadãs do futuro, com boas aprendizagens, boas competências e boa formação. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Muito bom dia a todos. Muito rapidamente para fazer duas questões: uma delas, tem a ver com o estudo da Quaternaire, saber se já conseguiu encontrar isso no meio dos arquivos todos; saber também, Senhor Presidente, para quando a entrada em função da Comissão de Acompanhamento da Indáqua, estamos também em incumprimento nesta matéria. São duas questões muito simples. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que fez a seguinte intervenção: eu gostava de destacar e registar três eventos correspondentes a três aniversários de três associações, que pela sua longevidade merecem o nosso apreço e o nosso reconhecimento. O 75.º aniversário do Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 24 de Cucujães, que é um grupo que trabalha com cerca de 120 jovens e contou também com o apoio da Câmara Municipal através da oferta de um pré-fabricado, que era uma sala que o Grupo carecia e que foi muito útil para a continuação do excelente trabalho que tem andado a realizar. Também o 92.º aniversário no último sábado do Atlético Clube de Cucujães, um clube que trabalha com 180 crianças e jovens, que ao longo destes anos tem continuado, e no futuro também pretende continuar, com esta dinâmica de apoio ao desporto e à educação na freguesia de Cucujães. Também o 75.º aniversário do Grupo Coral e Litúrgico de Cesar. Um cerimónias mais singelas dos que outras, mas que significam e simbolizam a força e a dinâmica das associações do nosso concelho e às quais nos associamos procurando com a nossa presença não só conhecermos a realidade das mesmas, mas também os problemas pelas quais passam, procurando ajudar, valorizar e incentivar o seu trabalho que tem sido fundamental para a vivência e os equilíbrios da nossa sociedade. Se o Senhor Presidente me permitir responder à

questão relativa à Indáqua, a situação em Cucujães, efetivamente aconteceu uma desligação da água junto à Igreja Matriz de Cucujães, mas a situação já foi regularizada. Nós temos procurado, e a Indáqua tem sido sensível a isso, evitar situações de rutura abrupta, com cortes e desligações principalmente junto de igrejas e instituições de solidariedade social e associações. Fomos tomando conhecimento de que havia situações que tinham sido autorizadas, mas que nunca tinham sido formalizadas ao longo destes anos e que lentamente vamos regularizando conforme vamos tendo conhecimento e a Indáqua vai tendo conhecimento dessas situações. Existe esta especial salvaguarda de junto das instituições de solidariedade social e associações não procederem ao corte ou à desligação sem terem uma palavra connosco, apesar de todas as instituições e associações serem notificadas quando há uma situação irregular e que é necessário regularizar. A Indáqua está alertada por nós e sabemos que tem cumprido com isso para evitar situações de rutura como a que a que aconteceu, mas já está regularizada. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal, que disse: o dia 16 de maio é o Dia da Cidade e nós vamos ter aqui algumas iniciativas e já ficam desde já convidados: 10h30 hastear das bandeiras no Largo da República; 11h inauguração da Loja Interativa do Turismo na Praça da Cidade; 15h15 Sessão Formal no Arquivo Municipal. Ficam desde já todos convidados. O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Relativamente às questões que foram colocadas eu tomei aqui boa nota da Rua Augusto Brandão, em Cucujães, a questão do muro, vou dar já à tarde indicações para verem qual o ponto de situação. Quanto à questão do Centro de Saúde, o Senhor Vereador Joaquim Jorge conhece detalhadamente tudo aquilo que esteve associado ao Centro de Saúde, desde a cedência do terreno do município ao Mistério da Saúde, ou seja, o município cedeu um terreno importante numa zona importante da cidade ao Ministério da Saúde para a construção do Centro de Saúde, com a contrapartida de depois ficar com o antigo edifício do Centro de Saúde. Para além disso houve também o compromisso financeiro do município relativamente a uma participação financeira da construção do Centro de Saúde. Essa participação foi feita sempre enquanto o processo foi conduzido pela Administração Regional de Saúde do Centro. O processo quando transita para a Administração Regional de Saúde do Porto inicia-se um novo procedimento e falta aqui ultrapassar uma questão jurídica, que tem a ver com uma interpretação da ARS do Centro, outra interpretação da ARS do Norte e que terá que ser o Ministério da Saúde a resolver. O município entende que não deve nada e já o fez saber às autoridades. Também nunca foi dito de forma clara pela Administração Regional de Saúde do Norte que o município deve, o que a Administração Regional de Saúde do Norte se comprometeu a fazer foi pedir um parecer jurídico aos seus serviços para os habilitarem a uma decisão. Como eu disse também já o Senhor Secretário da Saúde foi informado desta situação, que queremos isto resolvido, o Senhor Presidente da ARS do Norte já sabe também dessa nossa vontade e, portanto, nós aguardamos que esta situação possa ser resolvida o mais rápido possível. Eu reafirmo que na nossa interpretação, naquilo que foi depois o nosso compromisso com a Administração Regional de Saúde do Norte, o Município de Oliveira de Azeméis não deve nada. Está tudo mais do que

ultrapassado na análise jurídica que nós fazemos, posso-lhe dizer que é também a interpretação jurídica da ARS do Norte em conversa, mas por escrito ainda não nos chegou nada sobre isso. Eu também perguntei se era isso que estava a atrasar o processo e foi-me garantido que não. Neste momento não tenho mais nenhuma informação relativa a esta matéria e continuo a dizer que o Município de Oliveira de Azeméis não deve nada à Administração Regional de Saúde. O Dr. Miguel Portela, enquanto responsável do ACER's também tem pressionado a tutela dele para se despoletar esta situação. Eu vou pressionar e deixem-me dizer que eu próprio já fiz um contato telefónico na sequência da última Assembleia Municipal. Quanto à Rua do Almirante da Portela também vou dar essa nota e preparar então a visita à Casa Sequeira Monterroso. Quanto às outras questões, a Senhora Vereadora já se congratulou também com aquilo que o Senhor Vereador Manuel Alberto Pereira aqui nos trouxe relativamente aos campeões de boccia. Aquilo que nós queremos é dar todas as condições, temos todos trabalhado para isso e temos vindo a fazer esse trabalho, acho que é um trabalho extraordinariamente positivo. Quanto à questão das escolas e o relatório, já foi tomada boa nota pelo Senhor Vereador Isidro Figueiredo. Só uma questão Senhor Vereador Manuel Alberto Pereira, ainda negociar o acordo de parceria Portugal 2020, estão duas situações penduradas que tem a ver com estradas e escolas. Temos tudo pronto, o projeto do Centro Escolar de Lações está pronto, estamos só à espera de garantias de financiamento para podermos avançar. A questão da parte arqueológica, o Senhor Vereador Manuel Alberto colocou aqui uma série de situações dos diversos crastos em várias freguesias, seria oportuno o responsável por este setor vir à reunião de Câmara dar boa nota do que está a ser feito. Penso que seria muito importante, porque há aqui questões técnicas que carecem de esclarecimento. A questão da Casa Museu, ver se nós este mês ficamos com a situação completamente ultrapassada e resolvida. Ao Senhor Vereador Helder Simões, também dizer-lhe que na próxima reunião de Câmara traremos a proposta da Comissão de Acompanhamento para pôr em ordem essa situação que não está, como é evidente e ver também se encontramos o estudo da Quaternaire no Arquivo Municipal. O Senhor Vice-Presidente já falou na questão da Indáqua, o que se passou foi uma situação desagradável, ainda por cima com uma distorção em termos de comunicação social, por uma coisa que não foi dita pelo Padre e que já foi desmentida. Há uma questão que nós temos que ter algum cuidado a lidar com isto, porque o negócio da Indáqua é a água, enquanto a Câmara tem outras coisas, só para vocês perceberem quando se fez o reset destas coisas e se iniciou um novo ciclo foram encontradas perto de setenta situações com ligações provisórias, ligações de obras, obras essas concluídas há mais de trinta anos. Há outras situações que estavam autorizadas, mas não estavam formalizadas. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º

da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias dezassete do passado mês de abril e sete do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== O Vereador Dr. Pedro Marques, na qualidade de liquidatário da Empresa Municipal Gedaz – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, E.E.M. – Em Liquidação, deu conhecimento, nos termos e para efeitos do art.º 155.º do Código das Sociedades Comerciais, do relatório das contas anuais referentes ao período de 06.09.2013 a 31.12.2013, documento este que se dá aqui com transcrito ficando arquivado em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Câmara tomou conhecimento do início da abertura dos procedimentos pré-contratuais de negociação a que se refere o artigo 120º, nº 2, conjugado com o artigo 133º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estando presentes representantes das freguesias do município na medida em que se **pretende estabelecer a metodologia e procedimentos pré-contratuais preparatórios necessários à realização dos estudos e celebração dos acordos de execução, a que se refere o art.º 115º, por remissão do nº 2 do artigo 135º, do diploma citado**, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** O Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro colocou à votação a ata número 14, a qual foi aprovada por unanimidade. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/34789/2014):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine-Teatro Caracas, e considerando: - Que o espaço se encontra disponível nas datas requisitadas; - Os fins artísticos, educacionais e de lazer da iniciativa; - A importância que este evento representa para a entidade requisitante e para a pessoas envolvidas, proponho: - A cedência do Cine-Teatro Caracas à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, com isenção de taxas no dia 31 de maio de 2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SOARES BASTO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/35498/2014):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine-Teatro Caracas, e considerando: - Que o espaço se encontra disponível nas datas requisitadas; - Os fins artísticos, educacionais e de lazer da iniciativa; - A importância que este evento representa para a entidade requisitante e para a pessoas envolvidas, proponho: A cedência do Cine-Teatro Caracas ao Agrupamento Soares Basto, com isenção de taxa de locação, nos dias 3 e 6 de junho de 2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **ULTREIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/34513/2014):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine-Teatro Caracas, e considerando: - Que o espaço se encontra disponível nas datas requisitadas; - Os fins artísticos, educacionais e de lazer da iniciativa; - A importância que este evento representa para a entidade requisitante e para a pessoas envolvidas, proponho: - A cedência do Cine-Teatro Caracas à Ulteira de Oliveira de Azeméis, com isenção de taxa de locação, no dia 12 de julho de 2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **ROTARY CLUB DE AZEMÉIS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/34501/2014):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine-Teatro Caracas, e considerando: - Que o espaço se encontra disponível nas datas requisitadas; - Os fins artísticos, educacionais e de lazer da iniciativa; - A importância que este evento representa para a entidade requisitante e para a pessoas envolvidas, proponho: - A cedência do Cine-Teatro Caracas Rotary Club de Azeméis, com isenção de taxa de locação, no dia 13 de junho de 2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **ESCOLA DE DANÇA MEIA PONTA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/34495/2014):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine-Teatro Caracas, e considerando: - Que o espaço se encontra disponível nas datas requisitadas; - Os fins artísticos, educacionais e de lazer da iniciativa; - A importância que este evento representa para a entidade requisitante e para a pessoas envolvidas, proponho: - A cedência do Cine-Teatro Caracas à Meia Ponta - Ensino Artístico,*

Lda., com isenção de taxa de locação, nos dias 18 e 19 de julho de 2014.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. O Vereador Dr. Pedro Marques não participou na votação deste ponto, por se considerar impedido. =====

===== **PRÊMIO DE FOTOGRAFIA FERNANDO PAÚL – HOMOLOGAÇÃO DA ATA DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS (I/35215/2014):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio do património, cultura e promoção do desenvolvimento [alínea e) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro]; - Que os objetivos subjacentes ao “Prémio de Fotografia Fernando Paúl” são: estimular e promover a fotografia e fomentar a salvaguarda, o conhecimento, a divulgação e a memória do património e tradições do concelho, como homenagem ao fotógrafo oliveirense Fernando Paúl; - Que, de acordo com as Normas de Participação do referido Prémio, aprovadas em Reunião de Câmara de 06 de Março de 2014, se prevê a atribuição dos seguintes Prémios: Categoria A: 1.º lugar; 2.º lugar; 3.º lugar; Categoria B: 1.º lugar; 2.º lugar; 3.º lugar; - As deliberações tomadas pelo Júri do “Prémio de Fotografia Fernando Paúl” constantes na ata, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, onde se refere que ao referido Prémio apenas se apresentaram a concurso dois concorrentes da Categoria B (maiores de 18 (dezoito) anos), proponho: Que a Câmara Municipal delibere aprovar a homologação da Ata da Reunião do Júri e a atribuição dos seguintes Prémios da Categoria B: 1.º Lugar, com o valor de 100 €, ao concorrente Vítor Manuel Marques Bastos; 2.º Lugar, com o valor de 50 €, ao concorrente António Alves Tedim.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE LOUREIRO – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (I/37261/2014):** Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O solicitado pela Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, para dar início ao processo de declaração de utilidade pública; - Trata-se de uma associação com longa existência que presta relevante serviço à comunidade, suprimindo muitas vezes o papel do próprio Estado; - A preocupação do Município de incentivar o associativismo e a necessidade de dotar as coletividades de alguns meios para valorização e expansão da sua atividade; - Que a entidade requerente se enquadra nas categorias de pessoas coletivas suscetíveis de declaração de utilidade pública, tendo desenvolvido, ao longo destes 34 anos de existência, várias atividades de índole desportiva, recreativa e cultural; - Que se encontram reunidos os requisitos materiais e formais para deferimento do pedido, de acordo com a documentação apresentada; Assim, proponho: - A emissão de parecer favorável nos termos do n.º 2 do art.º 5º da Lei n.º460/77, de 7 de Novembro, na redação dada pela D.L. 391/2007, de 13 de Dezembro, ao

pedido da Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, face ao preenchimento dos requisitos e condições necessárias.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/36992/2014):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio-Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um apoio económico mensal com início no mês de maio de 2014, em conformidade com o quadro abaixo:

Nome	Freguesia	Nº Contribuinte	Valor Apoio	N.º EPEF	N.º CFD
Siandra Alves Almeida	O. Azeméis	262 507 153	€ 60	1084	2357
Maria João da Silva Marques	O. Azeméis	217 634 087	€ 75	1085	2358
Ana Paula Costa Conceição	O. Azeméis	179 376 411	€ 62,50	1086	2359
Evaristo Silva Correia	Cucujães	182 663 795	€ 90	1087	2360
Paula Cristina Martins da Graça Ferreira	S.M. Gândara	190 319 860	€ 70	1088	2361
Maria de Fátima Oliveira Rocha	Cucujães	185 124 224	€ 70	1089	2362
Maria de Fátima de Jesus Santiago	P. Bemposta	189 325 569	€ 90	1090	2363
Maria da Graça Gomes Carvalho	O. Azeméis	201 988 054	€ 80	1091	2364
Ilda Jesus Ferreira	Cesar	195 470 060	€ 52,50	1092	2365

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE RENOVACÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/35649/2014):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, relativa à renovação dos pedidos de apoio ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a renovação dos apoios, em conformidade com o quadro abaixo, que integra os respetivos números de compromisso de fundo disponível:

Nome	Nº Contribuinte	Valor Apoio	Valor da Renovação	Mês de Renovação	N.º CFD
Noémia Maria da Conceição Pires Marques	183 184 629	€ 67,50	€ 67,50	março	222

<i>Maria Odete Gomes da Silva</i>	<i>127 417 842</i>	<i>€45</i>	<i>€45</i>	<i>maio</i>	<i>208</i>
<i>Ana Paula Pereira Costa</i>	<i>194 165 850</i>	<i>€35</i>	<i>€35</i>	<i>maio</i>	<i>66</i>
<i>Maria da Luz Carneiro Peixoto Santos</i>	<i>205 223 753</i>	<i>€52,50</i>	<i>€52,50</i>	<i>maio</i>	<i>200</i>
<i>Maria Mimoso Roma Silva</i>	<i>172 735 688</i>	<i>€87,50</i>	<i>€87,50</i>	<i>maio</i>	<i>205</i>
<i>Ana Maria Almeida Lestre</i>	<i>115 291 539</i>	<i>€60</i>	<i>€60</i>	<i>maio</i>	<i>65</i>
<i>Susana Maria Rodrigues Silva</i>	<i>197 256 988</i>	<i>€80</i>	<i>€80</i>	<i>maio</i>	<i>243</i>
<i>Maria Eugénia Teixeira Tavares Almeida</i>	<i>189 825 812</i>	<i>€52,50</i>	<i>€52,50</i>	<i>maio</i>	<i>190</i>
<i>Pedro Manuel Soares Brinco</i>	<i>120 337 010</i>	<i>€25</i>	<i>€25</i>	<i>maio</i>	<i>229</i>
<i>Maria Rosário Pinto</i>	<i>102 039 690</i>	<i>€80</i>	<i>€80</i>	<i>maio</i>	<i>215</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/35598/2014): *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios: - Por não apresentarem requerimento de candidatura para renovar o apoio: César Manuel da Silva Correia e Elvira da Costa Ribeiro, com efeitos a partir do mês de maio de 2014; - Deixou de viver em habitação de renda passando a viver com os pais: Maria de Fátima Soares Lima, com efeitos a partir do mês de maio de 2014, tendo sido em tempo providenciado o não levantamento do apoio respeitante a este mês; - Deixou de viver em habitação de renda passando a viver com familiares: Rosalina Lopes da Silva, com efeitos a partir do mês de maio, tendo sido em tempo providenciado o não levantamento do apoio respeitante a este mês.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== PROGRAMA METROPOLITANO DE EMERGÊNCIA SOCIAL 2014 – RATIFICAÇÃO DE APOIOS (I/37269/2014): *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a lista, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, referente aos apoios atribuídos no mês de Abril, ao abrigo do Programa Metropolitano de Emergência Social 2014, implementado no Município através de Protocolo datado de 11.02.2014, para uma vigência de 2 meses (Março e Abril) e um montante de € 9334,00 (nove mil trezentos e trinta e quatro euros), propõe-se: - A ratificação dos apoios atribuídos no mês de Abril (em modalidade de apoio único e valor global de € 9334,00), em conformidade com o Protocolo e Regulamento de funcionamento deste Programa, aprovados na Reunião de Câmara de 20.03.2014 e na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 28.03.2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **PROCOLO DE COLABORAÇÃO COM OS SERVICOS SOCIAIS DO PESSOAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/37302/2014):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: A incorporação da dimensão de Igualdade de género e Responsabilidade Social na estratégia, missão e valores no Município de Oliveira de Azeméis; - As principais linhas de ação do Diagnóstico Organizacional em matéria de políticas e práticas de Igualdade e Responsabilidade Social; - O Plano Municipal de Igualdade e Responsabilidade Social 2014-2016 (aprovado em reunião de Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2013 e sessão da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2013), como fator de competitividade e desenvolvimento sustentável; - Que uma das medidas preconizadas no mesmo, é a criação de um serviço de atendimento psicossocial, com a missão de garantir a prestação de informação, apoio e acompanhamento técnico, potenciando-se a melhoria de condições de respostas psicossociais e de relação/integração em contexto de trabalho; - A atual conjuntura socioeconómica e o decréscimo acentuado de rendimentos apresentam-se como fatores com impactos negativos a diversos níveis na população em geral e em particular nas famílias, e subsequentemente com repercussões no trabalho; - Que compete às Câmaras Municipais assegurar a integração da perspectiva do género em todos os domínios de ação do Município (alínea q), do n.º 1, do art.º 33º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro; - Os municípios dispõem de atribuições designadamente no domínio da saúde, ação social e promoção do desenvolvimento (alínea g), h) e m) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da citada Lei, proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com os Serviços Sociais do Pessoal do Município de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo das alíneas g); h) e m) n.º2, art.º 23º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **ADESÃO A PROCOLO NO ÂMBITO DE APOIO AO PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (I/37143/2014):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 29 de agosto de 2012, foi celebrado Protocolo de colaboração entre a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, S.ª Ex.ª o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses com o objeto de instituir uma relação de cooperação no apoio ao processo de autonomização das vítimas de violência doméstica, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Que pela cláusula 3.ª do mesmo: N.º1 – Os Município que vierem a aderir ao presente protocolo deverão assumir, de acordo com a sua opção, a iniciativa de: a) Incluir, nas suas prioridades na atribuição de fogos de habitação social, as mulheres vítimas de violência doméstica, no momento da saída das casas de abrigo; b) Avaliar a possibilidade de disponibilização de fogos que detenham no seu património para o arrendamento a baixo custo às mulheres Vítimas de violência doméstica, no momento da saída das casas de abrigo. N.º 2 –*

Cada «Município deverá, ainda, encontrando-se esgotadas as hipóteses previstas no número anterior, prestar, através dos seus serviços de ação social, o apoio necessário às mulheres vítimas de violência doméstica na procura de habitação no mercado de arrendamento da sua área territorial»; - A incorporação da dimensão de Igualdade de género e Responsabilidade Social na estratégia, missão e valores no Município de Oliveira de Azeméis; - O Plano Municipal de Igualdade e Responsabilidade Social aprovado em reunião de Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2013 e sessão da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2013; - O disposto na alínea q) e r) do Anexo I do art.º 33 da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro; - Os municípios dispõem de atribuições designadamente no domínio da saúde, ação social e promoção do desenvolvimento (alínea g), h) e m) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da citada lei); - O regime Jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica – Lei n.º112/2009, de 16 de setembro, proponho: que a Câmara Municipal delibere a adesão aos objetivos subjacentes ao citado Protocolo, designadamente o constante da cláusula terceira, em função dos fogos de habitação social que se encontrem disponíveis.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **AMBIENTE** =====

===== **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA RECOLHA, TRATAMENTO E RECICLAGEM DE PRODUTOS – REVOGAÇÃO (I/36118/2014):** Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O protocolo de colaboração celebrado em 03 de junho de 2011, com a WRITE-UP, SA, para recolha, tratamento e reciclagem de produtos, materiais ou resíduos produzidos, recolhidos ou detidos pelo Município; - Os compromissos assumidos pela WRITE-UP, SA, constantes da cláusula quarta do Protocolo; - A informação da Chefe de Divisão Municipal de Ambiente e Conservação da Natureza, do incumprimento por parte daquela empresa na recolha dos produtos, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - O constante do nº 1, da cláusula 3ª, do referido protocolo: ”O incumprimento por qualquer das partes do previsto no presente protocolo, confere à outra o direito de efetuar a sua resolução”, proponho: - A revogação do citado protocolo, com efeitos a partir de 01 de maio do corrente ano, nos termos e fundamentos expostos; - Que posteriormente se comunique à WRITE-UP, SA.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **JUNTAS DE FREGUESIA** =====

===== **MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO COM A FREGUESIA DE LOUREIRO (I/37508/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 25 de setembro de 2013, foi celebrado Contrato-Programa entre o Município de Oliveira de Azeméis e a freguesia de

Loureiro que teve por objeto a cooperação financeira no âmbito do projeto/obras Casa Social daquela freguesia; - Que é intenção dos outorgantes alterar o teor da cláusula quinta, do referido contrato-programa, proponho: - A aprovação da minuta de adenda ao referido Contrato-Programa, documento este que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Freguesia de Loureiro; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/2497/2014 – UNIÃO DESPORTIVA OLIVEIRENSE – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/36869/2014):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para ratificação do meu despacho de 30.04.2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PI/121/2014 – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE MACIEIRA DE SARNES – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/34492/2014):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que a associação tem por fim criar estruturas e proporcionar os meios necessários para o desenvolvimento do desporto, cultura e recreio da freguesia em questão; - as dificuldades económicas e financeiras atuais com que se confrontam praticamente todas as associações do país, e nomeadamente do concelho; considerando ainda que o município tem um papel fundamental no apoio às associações, e que compete à câmara municipal, nos termos do art.º 6º do Regulamento municipal de taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas, decidir sobre as isenções ou reduções previstas no referido regulamento, proponho: a aprovação do pedido de isenção do valor das taxas a liquidar pela emissão da autorização de utilização – ratificação do despacho de deferimento proferido em 14/01/2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PI/5658/2014 – SÉRGIO MANUEL DE JESUS BASTOS DA SILVA – PEDIDO DE REDUÇÃO EM 50% DO VALOR DAS TAXAS A LIQUIDAR PARA REQUERER ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE GARAGEM (I/34022/2014):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a exposição apresentada pelo requerente, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, que enquadra a empresa em questão na realidade

socioeconómica do concelho e respetiva freguesia; - que a ampliação a licenciar e executar decorre de uma necessidade urgente de melhoria das condições de trabalho, resultante do desenvolvimento/crescimento da sua atividade comercial, de albergar camiões em cargas e descargas; - as dificuldades económicas e financeiras atuais com que se confrontam praticamente todas as empresas do país, e nomeadamente do concelho; considerando ainda que o município tem um papel fundamental no apoio às empresas, e que tem sido postura deste executivo o incentivo ao investimento e manutenção/criação de postos de trabalho, e que compete à câmara municipal, nos termos do art.º 8º do Regulamento municipal de taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas, decidir sobre as isenções ou reduções previstas no referido regulamento, proponho: a aprovação do pedido de redução de 50% do valor das taxas a liquidar pelo licenciamento da pretensão - ampliação de armazém.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com o voto contra da Vereadora Dra. Ana de Jesus, aprovar a redução em 50% do valor das taxas a liquidar. ===

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL PARA DIVERSAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS (I/37415/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 - Nos termos do n.º 4 e 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2014- LOE 2014), carecem de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços; 2 - Nos termos do n.º 5, do artigo 73.º da LOE 2014, o parecer prévio vinculativo depende de: a) Verificação do disposto no n.º 4, do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e respetivas alterações, e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa. Considerando as diligências efetuadas junto do INA (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas) e respostas quer verbais, quer por via escrita, de que o serviço em questão não será integrado no âmbito da Portaria 48/2014 e ainda, com base na circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR – 045-2014-SA de 28 de abril, a qual aponta para que, sempre que estejam em causa serviços que requeiram outros meios que não a força e a capacidade de trabalho de um trabalhador, não se aplicará o artigo 24º da Lei nº 80/2013, de 28 de novembro, nem, por conseguinte, a Portaria 48/2014, sob pena de prática de atos inúteis e de gestão ineficientes, pelo que não se justifica a consulta ao INA nestes termos. b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 73.º da LOE 2014; d) Que se tratam da execução de trabalhos não subordinados, para os quais se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; 3 - Neste contexto, os competentes serviços municipais reuniram a informação relativa às aquisições de serviços,

organizada na lista que ficará arquivada em pasta anexa ao livro de atas, que não se encontram abrangidas na Deliberação de 09/01/2014 (I/628/2014), relativa ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos, designadamente no que respeita aos valores dos contratos, objetos e/ou prazos de execução dos serviços, pelo que necessitam da respetiva autorização/parecer prévio favorável, tendo sido verificados e devidamente justificados os requisitos enunciados no ponto 2. Submete-se ao Órgão Executivo a emissão de parecer prévio vinculativo favorável para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 11, do artigo 73.º da LOE 2014, relativamente aos contratos de prestação/aquisição de serviços constantes da referida listagem, cujos requisitos se encontram verificados e devidamente justificados, com convite à (s) entidade (s) que reúnem os requisitos, habilitações e aptidão técnica para satisfação das necessidades, de acordo com a aprovação do órgão/entidade com competência para autorização da despesa e decisão de contratar.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====*